

CENTRO INDUSTRIAL DO BRASIL (CIB)

Entidade fundada no Rio de Janeiro em 15 de agosto de 1904, a partir da fusão da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN) e do Centro Industrial de Fiação e Tecelagem de Algodão. Em 12 de dezembro de 1931 transformou-se na Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJ), e em 29 de agosto de 1939 adotou o nome Centro Industrial do Rio de Janeiro (CIRJ).

ATUAÇÃO

Constituído com o objetivo de promover o desenvolvimento e a prosperidade dos diversos ramos da indústria nacional, o CIB propunha-se divulgar projetos e leis em discussão no país que dissessem respeito à indústria. Sua fundação ocorreu num momento de expansão e diversificação da indústria brasileira e correspondeu à necessidade de uma entidade empresarial que, em nome da defesa do mercado interno para a produção nacional, pudesse dar voz ao setor.

Na prática, o CIB atuava como órgão de pressão dos industriais junto à administração pública e, embora pretendesse falar pelo conjunto de industriais do Brasil, seu foco de atuação concentrava-se no Rio de Janeiro e no setor têxtil. Procurou promover cursos e conferências sobre temas industriais, bem como apoiar a disseminação de novos conhecimentos e técnicas importantes para o processo industrial no país. Para fazê-lo, passou a editar o *Boletim do Centro Industrial do Brasil*.

Entre as primeiras questões abordadas pelo CIB, destaca-se a cambial, num contexto de elevação da taxa de câmbio, que abria as portas para a entrada no país de produtos estrangeiros a preços baixos. A entidade defendeu o aumento da taxa-ouro cobrada sobre o imposto de importação, o que, de acordo com seus dirigentes, deveria assegurar maior proteção à produção interna e ao mesmo tempo beneficiar o governo, cuja principal fonte de renda eram as tarifas alfandegárias. O CIB também se posicionou favoravelmente ao projeto de reformulação das taxas alfandegárias, num sentido protecionista, proposto pelo deputado João Luís Alves. De acordo com a proposta, seria aumentada a taxa incidente sobre a entrada de produtos agropecuários e matérias-primas de origem estrangeira que tivessem similares no país. O projeto, porém, não foi aprovado.

O CIB igualmente lutou para que se colocasse em prática novamente a lei dos similares, de modo a reformar o sistema de isenção de direitos a mercadorias e objetos importados diretamente pelo Estado para o serviço público. De acordo com sua proposta, só deveriam receber isenção de direitos os produtos que não tivessem similares nacionais.

Outra bandeira assumida pelo CIB foi a da revisão dos impostos interestaduais. De acordo com a Constituição de 1891, cada estado cobrava uma determinada taxa pela circulação em seu território de produtos produzidos em outros estados. Para o Centro, tais impostos encareciam a produção industrial. Indo além das demandas protecionistas, a entidade também propôs o aproveitamento de borracha de qualidade inferior, não exportada, no fabrico de artefatos que atendessem às necessidades de outros ramos da indústria. Defendeu, ainda, a elaboração de uma Estatística Industrial, que permitiria apreender melhor os problemas da indústria, além de demonstrar de forma concreta o progresso da indústria fabril e sua importância para o país.

Em 1908 e 1909, atendendo a pedido do ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas, Miguel Calmon du Pin de Almeida, o CIB lançou a obra em dois volumes *O Brasil. Suas riquezas naturais, suas indústrias*. O trabalho, elaborado para suprir a ausência de um censo oficial sobre a produção fabril do país, compreendia quatro partes: indústria extrativa, agricultura, transportes e indústria fabril.

Após um período de relativa prosperidade na primeira década do século XX, diante da crescente tensão internacional – que desembocaria na Primeira Guerra Mundial (1914-1918) – e da crise econômica de 1913, o CIB teve de lidar com importantes desafios. A baixa nos preços dos produtos brasileiros de exportação e o refluxo do capital estrangeiro deixavam o país numa situação econômica difícil, com consequências sobre o setor industrial, especialmente o têxtil. A forte concorrência entre as indústrias brasileiras pelo mercado interno, bem como a restrição ao crédito, por sua vez, provocou uma superprodução. Para fazer frente a essa crise, o Centro promoveu uma campanha junto ao governo a fim de conseguir a maior emissão de papel-moeda, para facilitar o crédito para os industriais.

Após o impacto inicial, o ambiente internacional de guerra acabou favorecendo a indústria brasileira, na medida em que a importação de vários produtos sofreu forte queda. A indústria nacional, nesse contexto, recebeu importante estímulo para fazer frente à

demanda, verificando-se então um crescimento da produção de produtos que não podiam mais ser importados como no pré-guerra.

Por outro lado, nos anos de duração do conflito o setor industrial brasileiro se viu às voltas com problemas no setor de algodão, cuja alta de preços provocou uma crise na indústria têxtil. O CIB procurou investigar as causas do problema, organizando, em 1916, uma Conferência Algodoeira. A entidade pediu também ao governo que providenciasse a importação de algodão a preços baixos. No entanto, tal questão se resolveu naturalmente, com a ampliação da área de cultivo do algodão no país e a melhoria das condições de escoamento da produção.

Também no mesmo período, o CIB teve de lidar com o agravamento da questão social. Em 1917, ocorreram fortes greves opondo o movimento operário ascendente aos industriais. O Centro, nesse contexto, procurou adotar uma posição conciliadora, intermediando os conflitos. Nesse sentido, conseguiu, naquele ano, obter uma normalização das relações sociais de trabalho, mediante algumas concessões aos trabalhadores, que voltaram às fábricas. A agitação grevista, contudo, não terminou, e em 1919 o CIB novamente atuou de forma conciliadora, aceitando negociar com os grupos mais moderados do movimento operário, como, em determinado momento, a União dos Operários das Fábricas de Tecido. Tal postura, contudo, não foi unânime no seio da entidade, tendo sido criticada por vários associados, inclusive aqueles ligados à indústria do algodão.

No imediato pós-guerra, diante de um difícil quadro econômico, verificou-se nova tentativa de reforma alfandegária, num sentido antiprotecionista e contrário às indústrias. O CIB opôs forte resistência ao projeto, que terminou não sendo aprovado. A entidade também se insurgiu contra o imposto municipal de exportação no Rio de Janeiro, que havia sido fortemente elevado durante a guerra. O Centro lutou pela redução do imposto, de modo a facilitar a circulação das mercadorias produzidas na capital federal e vendidas no interior do país, bem como estimular possíveis exportações para a região do Prata. Os industriais brasileiros, desde o conflito mundial, vinham revelado interesse em conquistar os mercados platinos, estudando a possibilidade de para lá dirigir os excedentes da sua produção têxtil. O CIB organizou, então, duas exposições de tecido, uma em Buenos Aires e outra em Montevideú, para difundir o produto brasileiro e estabelecer contatos comerciais com a área.

No começo da década de 1920, um importante acontecimento foi a Exposição do Centenário da Independência do Brasil, realizada no Distrito Federal em 1922, iniciativa do CIB em colaboração com a Associação Comercial do Rio de Janeiro e a Sociedade Nacional da Agricultura. A exposição visava demonstrar o estágio de evolução alcançado pelos produtos fabris nacionais, com a amostra de manufaturados e a apresentação de tabelas e gráficos indicando os progressos do setor.

A questão social, por seu turno, continuava a ser objeto de inúmeros estudos e debates. Nesse contexto, foi formulado no Congresso Nacional o Projeto 265, que previa uma série de concessões aos trabalhadores, como a redução da jornada de trabalho. O projeto foi duramente criticado pelo CIB, que o considerou inviável em termos práticos, endossando assim o conservadorismo de grande parte dos industriais.

Em meados da década de 1920, configurou-se nova situação problemática para as atividades industriais. Uma crise de superprodução cafeeira e a retração do movimento dos negócios atingiram de forma especialmente grave o setor têxtil. A tentativa de conquistar novos mercados na Argentina e no Uruguai fracassou, a partir do momento em que se regularizou a venda de manufaturados europeus e norte-americanos nos dois países. O mercado nacional, por sua vez, não era capaz de absorver a produção têxtil brasileira, que sofria a concorrência dos produtos estrangeiros, mais baratos e geralmente de melhor qualidade. Para fazer frente às dificuldades, o CIB pediu ao governo a concessão de créditos do Banco do Brasil à indústria e lutou por uma reformulação tarifária que impedisse a entrada de produtos estrangeiros no país. Essa última iniciativa foi bem-sucedida, tendo sido atualizadas as taxas aduaneiras cobradas sobre tecidos estrangeiros.

Outra questão com que a entidade teve de lidar foi o aumento repentino e injustificado da cobrança pelo fornecimento de energia elétrica pela Rio de Janeiro Tramway, Light and Power. O CIB procurou, também nesse conflito, atuar como órgão intermediador entre a empresa canadense e os industriais. Na mesma época, começou a ser implantado o imposto de renda. O Centro adotou posição crítica, considerando que o imposto constituiria mais um encargo para o setor industrial. Diante da inevitabilidade da iniciativa, apresentou uma série de projetos de lei para limitar a cobrança do imposto.

A eclosão da crise de 1929 nos Estados Unidos, que já eram então a principal nação capitalista, contribuiu decisivamente para o agravamento da situação da indústria brasileira,

bem como da de outros setores da economia. As dificuldades econômicas desempenharam sua parte na derrubada do presidente Washington Luís causada pela Revolução de 1930. Os efeitos da crise externa, somados ao fracasso da política de estabilização do mil-réis e da valorização do café do governo provisório de Getúlio Vargas, provocaram uma profunda depressão econômica no país, que atingiu seu ápice em 1931, culminando numa quase paralisação industrial.

Em tal contexto, as críticas à industrialização ganharam força, não faltando vozes que propunham o fim do parque fabril brasileiro, através da decretação do livre-cambismo, o que permitiria a entrada sem restrições dos produtos estrangeiros. O CIB lutou contra as propostas anti-industrialistas e valorizou a importância das fábricas para o desenvolvimento nacional, continuando ainda com a campanha contra os impostos interestaduais e contra a cobrança decretada pela Light.

Em 12 de dezembro de 1931, o Centro Industrial do Brasil transformou-se em Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJ). A decisão, tomada pela diretoria da entidade, baseou-se, entre outros fatores, na necessidade de se estabelecer uma união efetiva das atividades industriais localizadas no estado do Rio de Janeiro e no Distrito Federal.

Inoã Carvalho Urbinati/ Sergio Lamarão

FONTES: PORTO, Â.; FRITSCH, L.; PADILHA, S. *Processo*; WEID, E. *Apontamentos*.